

Formação e dinâmicas das fronteiras no território moçambicano

Antonio Gomes

✉ antoniogjneto@yahoo.com.br

Resumo

Em Moçambique, a sucessão e coexistência de diferentes concepções de território desde os Estados pré-coloniais, passando pela colonização portuguesa e chegando ao Estado nacional independente, foram responsáveis por introduzir elementos que caracterizam as atuais fronteiras do país. Nelas, ao mesmo tempo em que a contiguidade territorial permite às populações fronteiriças relacionarem-se como se não houvesse divisão, a presença da modernidade trazida pelo projeto colonizador impõe sua marca através dos sistemas técnicos de transporte. Ironicamente, a sucessão de guerras no território moçambicano também foi crucial para a caracterização de suas fronteiras.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, fronteira, território, verticalidade, horizontalidade.

Aproximando fronteiras, limites e a África

O conceito de fronteira é, antes de tudo, um conceito geográfico. Ainda que muitas vezes seja usado como metáfora para expressar transições (e mesmo demarcações) de diferentes naturezas — como as fronteiras entre as ciências, discutidas em Hissa (2002) —, a própria percepção da palavra fronteira remete à dimensão espacial. “Espaço de transição”, ou “lugar de interpenetrações” (HISSA, 2002, p. 35), mesmo quando utilizado metaforicamente o conceito de fronteira obriga um raciocínio baseado em categorias geográficas para expressar seu significado. Isso porque a origem do conceito de fronteira é totalmente relacionada à observação geográfica do mundo vivido. Segundo Machado (1998), a fronteira não nasceu como um conceito, mas sim como um fenômeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado. A autora afirma que

na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político (MACHADO, 1998, p. 41).

Assim, a fronteira surgiu como o reconhecimento espacial da presença do outro. Ela seria o espaço onde a individualidade dos núcleos habitados se dissipava, funcionando como uma ponte entre as diferentes aglomerações e, como tal, não pertenceria nem a um, nem a outro — ou pertenceria a ambos. Era, sobretudo, um espaço vago, impreciso, muito mais um espaço percebido do que delimitado. E a necessidade de uma nitidez maior nesse reconhecimento espacial do outro fez com que o caráter político da fronteira adquirisse uma nova forma, mais rígida e exata: o limite.

É importante ressaltar que esse viés político da fronteira não é a única maneira de apreender o conceito, sendo que outra “corrente” teórica estuda a fronteira a partir de seus elementos socioeconômicos. Invocando as noções de “frentes” ou “franjas” pioneiras, Huertas (2007) identifica outras visões sobre o conceito a partir das obras de Pierre Monbeig e Frederick Turner, onde ela corresponderia a um espaço vazio a ser desbravado, explorado — um “lugar onde é possível a criação do novo” (HUERTAS, 2007, p. 91). Nesse sentido, a fronteira seria intimamente ligada ao movimento de expansão do capitalismo, e é por isso que Martins (1997), numa obra fundamental sobre fronteiras dessa perspectiva teórica, considera-a mais um espaço do conflito e da violência do que um espaço da integração. Daí decorre que a fronteira não seria apenas um elemento no espaço, mas, sobretudo, um processo. De qualquer maneira, o conceito de fronteira aqui utilizado remete mais ao seu caráter político, e por isso será feito também um

esforço de reflexão acerca do conceito de limite.

O limite, apesar de sua citada rigidez, não deve ser encarado como um divisor tirânico, uma linha artificial que fragmenta a totalidade indivisível. Ele realmente cumpre esse papel, mas o faz enquanto um instrumento de compreensão da realidade. Dessa maneira, o limite aparece como “um conceito inventado para dar significado às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de diversas maneiras” (HISSA, 2002, p. 21). Além disso, não se pode deixar de lado sua gênese política: a delimitação de um território significa também a delimitação da influência de uma forma de poder e, “enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias” (HISSA, 2002, p. 35).

Com o perdão do trocadilho, no limite do raciocínio o limite é o grande responsável pelo modo como o mundo contemporâneo é organizado política, econômica e culturalmente. A conhecida divisão do globo em países que vemos no mapa-múndi — Raffestin (1980), aliás, entende que a vulgarização de um instrumento de representação como o mapa foi crucial para a consolidação dos limites —, e que penetra no cotidiano de praticamente todos os cidadãos do planeta, é, acima de tudo, a compreensão das particularidades dos territórios e o desenho resultante da relação entre eles. Essa relação, porém, não se dá de forma rígida como os próprios limites sugerem, e daí decorre novamente a importância da zona de transição entre esses países: as fronteiras nacionais.

Como se pode observar, limites e fronteiras caminham juntos. A contiguidade entre territórios exige tanto uma percepção gradual da diferenciação geográfica e cultural existente entre eles, quanto uma necessidade de ruptura para fins políticos e administrativos. É nesse sentido que Martin (1992), numa tentativa de diferenciar ambos os conceitos, diz que “o ‘limite’ é reconhecido como *linha*, e não pode portanto ser habitado, ao contrário da ‘fronteira’, que, ocupando uma *faixa*, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada (MARTIN, 1992, p. 47)”. Assim, o limite só foi traçado a partir do reconhecimento da fronteira, ao passo que a fronteira é balizada pelo próprio traçado dos limites. E é com base nessa relação dialética que o mapa político mundial se renova incessantemente, com limites e fronteiras sendo criados e destruídos conforme nascem e desaparecem países pelo mundo afora, ratificando a ideia de Raffestin (1980) de que limites e fronteiras não remetem apenas a uma dimensão espacial, mas igualmente representam um retrato temporal de uma sociedade sempre em transformação.

As fronteiras africanas, tais como conhecemos hoje, remetem a um processo histórico antigo, mas com uma institucionalização relativamente recente. Ainda que

a relação com a Conferência de Berlim, realizada em 1884/85, não seja tão direta como se pense, a partilha da África pelas potências colonizadoras europeias resultou no atual desenho dos territórios do continente africano, o que significou uma divisão intencional — e não arbitrária — da África imposta “de fora pra dentro” (COSTA, 1992, p. 295).

A adoção, após as independências dos países africanos, dos limites territoriais desenhados pelos colonizadores acabou por despertar um tema muito atual e controverso no continente, e que muito tem a ver com as fronteiras: as nações e o nacionalismo. Hobsbawm (1990) já advertira que, mesmo na Europa, “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (HOBBSAWM, 1990, p. 19)”. Dessa forma, seriam os Estados que gerariam as nações, numa construção cultural permeada por um imaginário de comunidade (ANDERSON, 1983) que, por se tratar de uma entidade territorial, carece de limites. Portanto, o conceito de nação seria também aplicável aos países africanos, mesmo que o Estado nacional tenha herdado os limites coloniais. O sociólogo moçambicano Macamo (1996), respondendo a uma provocação de que em Moçambique não haveria uma nação devido à sua diversidade étnica interna, sugere que a nação moçambicana é um processo em permanente construção, desde que Mondlane (1969) afirmou que sua essência é o passado comum de subjugação e exploração colonial. A adoção dos limites territoriais coloniais seria, assim, uma forma de ratificar a ideia de que a unidade de Moçambique reside em sua condição de ex-colônia portuguesa.

De qualquer maneira, e na África em geral, antes da delimitação territorial dos Estados por parte dos colonizadores a população obedecia a outra organização espacial — que segundo Dopcke (1999) continha também noções de fronteiras e limites —, pouquíssimas vezes respeitada quando da nova divisão do continente. Isso fez com que a maioria dos limites territoriais africanos dividisse populações que viviam no mesmo território anteriormente, e colocasse sob a mesma administração populações diferentes e, em muitos casos, rivais. Por esse motivo, a dinâmica fronteira entre os Estados africanos é muito vibrante, pois, mesmo nos dias de hoje, as populações fronteiriças preferem migrar e comerciar com o outro lado da fronteira, onde possuem laços históricos e familiares, do que com populações do seu próprio país com quem não tem nenhuma relação de proximidade além do fato de estarem inseridos no mesmo Estado.

Em Moçambique, essa relação histórica entre populações de fronteira é visível pela pulsante vida de relações nas vilas fronteiriças de Ressano Garcia (África do Sul), Namaacha (Suazilândia) e Machipanda (Zimbabwe), dentre outras, e, por mais que o estabelecimento de limites no território moçambicano possua

uma data mais ou menos exata, o processo de delimitação é longo e sinuoso, sendo possível remontar a populações e eventos anteriores, inclusive, à chegada dos europeus na região. A partir disso, pretendemos aqui elaborar, de maneira resumida, o processo de ocupação e delimitação do território que hoje conhecemos por Moçambique, a fim de compreender melhor as atuais dinâmicas de fronteiras do país.

O processo de delimitação do território moçambicano

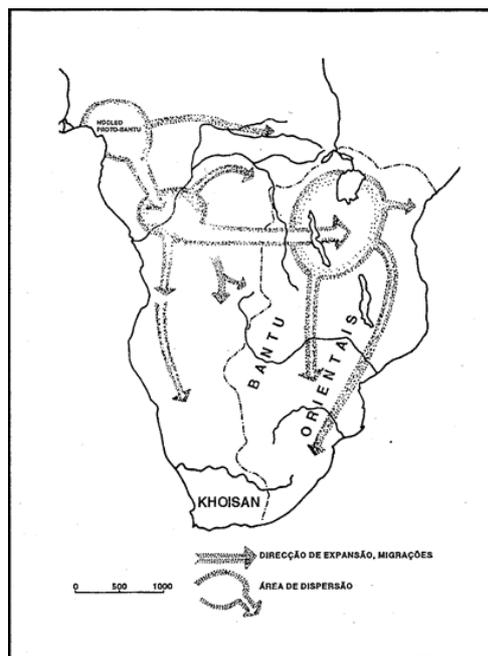
Moçambique, como muitos países do continente africano (e todos os países com os quais faz fronteira¹), é considerado um país de origem bantu. Essa denominação “bantu”, porém, não se refere a um povo ou a uma raça, mas sim a uma matriz linguística de diversos povos africanos (assim como o latim está para alguns povos europeus) que têm como origem a região dos Montes Camarões, onde hoje se encontram Camarões e Nigéria². Várias obras moçambicanas, como as de Serra (2000), Ngunga (2004) e Matusse (2009), sugerem que foi por volta de 1000 a.C³ que os primeiros falantes bantu começaram uma longa e duradoura marcha de migração em direção ao sul do continente. Essa migração se deu, porém, em progressivos deslocamentos (relativamente curtos em cada etapa) de pequenos grupos ao longo do tempo, e não uma migração de massa com um destino certo. Esses falantes bantu chegaram ao território que hoje corresponde a Moçambique em meados de 300 d.C., depois de cruzarem a floresta equatorial do Congo em seu limite norte, se estabelecerem por um tempo na região dos Grandes Lagos e seguirem para o Sul pela costa do Oceano Índico (RITA-FERREIRA, 1982). Ainda que a bibliografia estudada indique que, antes dos bantu, tenham vivido no território hoje correspondente a Moçambique povos nômades como os *khoisan* e os *hotentotes*, a ocupação efetiva de sedentarização nesse território se deu com a chegada dos migrantes do norte do continente.

1 Isto é: África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia.

2 Importante ressaltar, o nome “bantu” não é o nome pelo qual se designavam esses habitantes, mas sim o nome dado a eles pelos europeus quando da sua entrada no continente. Perguntados pelos recém-chegados como se intitulavam, eles respondiam simplesmente “bantu”. Bantu, na verdade, significa “homens”, sendo o singular muntu. Obviamente que em cada uma das línguas de origem bantu existem variações em relação à palavra, mas a sonoridade é praticamente idêntica em todas.

3 Os autores geralmente usam a sigla “a.n.e”, ou seja, “antes de nossa era”.

Mapa 1. A expansão bantu pelo continente africano.



Fonte: SERRA, C. (org.) (2000) História de Moçambique — vol.1

As migrações em Moçambique, porém, não cessaram com a chegada dos bantu. Pelo contrário, esse foi o ponto de partida. E os próximos a se estabelecerem no território não foram os exploradores portugueses, como se poderia supor. Antes deles, a ligação de Moçambique com o Oceano Índico permitiu a chegada, por volta de 900 d.C. (isto é, não tanto tempo como se imagina depois da chegada dos primeiros bantu), de navegadores asiáticos⁴.

Sabendo da existência de ouro e outros metais no interior do continente africano, esses navegadores, através do Oceano Índico, se estabeleceram em entrepostos comerciais ao longo da costa do continente para obter esses produtos em troca de tecidos e miçangas — objetos de interesse de chefes locais como uma forma de explicitar poder. Na costa moçambicana, que à época era chamada por esses mercadores como *Bilad as Sufala* — a terra de Sofala (SERRA, 2000) —, havia alguns entrepostos comerciais entre os quais se destacava Sayuna, à foz do Rio Zambeze. Mas esses centros comerciais costeiros, que se localizavam no atual território moçambicano, eram na verdade o limite sul da região de influência dos

4 Entenda-se por asiáticos os migrantes de origem árabe (do Oriente Médio, principalmente da antiga Pérsia) e indiana. Sem dúvidas, o termo “asiáticos” é muito abrangente, por ser esse continente tão heterogêneo quanto o africano, mas o termo será utilizado nesse trabalho pois é dessa forma que todas as bibliografias consultadas (inclusive as moçambicanas) se referem de maneira geral a essas duas origens de migrantes. Além deles, em dado momento histórico foram encontrados artefatos comerciados com os chineses, mas por não ter havido uma efetiva transformação no território, não será abordado nesse trabalho.

mercadores asiáticos, que tinha inicialmente como principal centro comercial Mogadíscio, atual capital da Somália, sendo depois transferido para Quíloa (ou Kilwa), cidade hoje situada na Tanzânia⁵. Os entrepostos comerciais eram essencialmente lugares de troca, de fluxos, e funcionavam como as primeiras fronteiras de Moçambique. Obviamente não uma fronteira que ligasse dois territórios contíguos, mas sim uma área de contato entre pessoas e de troca de mercadorias, e que de certa maneira fazia a transição entre duas culturas diferentes, por meio do comércio.

Esse comércio, contudo, gerava alterações no território também no interior do continente. As aldeias, ao longo do tempo, foram se tornando mais complexas, devido ao crescimento demográfico e às especializações do trabalho (a caça, a pesca, a agricultura, o fabrico do ferro), gerando hierarquias sociais e novas formas de poder político. Esse poder político foi sendo aumentado à medida que o comércio com os asiáticos se desenvolvia, até o momento em que as elites locais começaram a tomar conta das fontes de recursos minerais (ouro e ferro). Dessa forma, é possível dizer que a atividade comercial teve uma ligação direta com o nascimento dos primeiros Estados em Moçambique, a saber: o Grande Zimbabwe, o Muenemutapa e os Estados Marave.

Antes de discorrer sobre esses novos Estados, é necessário frisar que eles não se localizavam somente no território atual de Moçambique. Pelo contrário, a maior porção do Estado do Grande Zimbabwe e o centro do Estado Muenemutapa localizava-se no território do atual Zimbabwe. Porém, o escoamento da produção e a realização do comércio se davam na costa (isto é, em Moçambique), sem falar dos entrepostos criados ao longo dos rios entre a costa e o interior, de maneira que todo o complexo econômico abrangia e dependia também do território moçambicano. Além disso, os Estados Marave englobavam tanto o atual território de Moçambique como o do Malawi. Isso nos mostra que a história de Moçambique é totalmente relacionada com a dos países vizinhos, reforçando a relevância histórica que as atuais fronteiras moçambicanas possuem.

O Grande Zimbabwe (que teve início aproximadamente em 1100 d.C., com seu auge entre 1300 e 1450 d.C.) era, na verdade, a capital, o centro de poder em relação a diversas outras unidades territoriais que se constituíam em amuralhados de pedra — madzimbabwe (SERRA, 2000; RITA-FERREIRA, 1982). A partir de

5 Além desses entrepostos, destacaram-se também os entrepostos de Mombasa (Quênia), Zanzibar (Tanzânia), Ilha de Moçambique (primeira capital moçambicana) e do Arquipélago de Bazaruto (Moçambique). Esse ambiente sob influência árabe na costa leste africana deu origem à cultura swahili, que em Moçambique foi responsável pelo surgimento de comunidades como Mwani em Cabo Delgado, Naharra na Ilha de Moçambique e Koti em Angoxe.

1450 d.C., porém, sem um consenso por parte dos historiadores dos motivos que levaram isso a acontecer, o Estado do Grande Zimbabwe acabou se dissipando e deu origem a outras unidades políticas, como os Estados do Butua e do Muenemutapa.

Ao mesmo tempo em que nascia e se desenvolvia o Estado do Muenemutapa, intensificava-se no entreposto comercial de Sofala a presença dos asiáticos, tanto de árabes quanto de indianos, além de ser nessa época, por volta de 1500 d.C., que começam a desembarcar os primeiros comerciantes portugueses nesse entreposto. Sofala tinha uma posição estratégica, pois era o porto de entrada e escoamento das mercadorias do Muenemutapa. Essa ligação, porém, entre Sofala e o centro do Muenemutapa não era direta, mas sim através de outros Estados que existiam no território moçambicano, e que eram considerados satélites do Estado Muenemutapa⁶: os Estados de Sedanda, Quissanga, Quiteve, Manica, Bárue e Maungwe (SERRA, 2000).

6 Existe um pequeno conflito conceitual envolvendo a nomenclatura do Muenemutapa, ora chamado de Estado, ora de Império, devido à influência que ele exercia sobre esses outros Estados (que pagavam tributos a ele e geralmente tinham em sua aristocracia dominante parentes da aristocracia do Muenemutapa). Nesse trabalho será utilizado o termo Estado, pois apesar de realmente haver uma relação hierárquica, esses outros Estados possuíam autonomia sobre o território e autossuficiência alimentar, além de serem também produtores de ouro e ferro. O termo Império teria surgido de uma “troca de gentilezas” entre os portugueses e os líderes do Muenemutapa, numa tentativa de dar legitimidade ao poder do Estado local e, conseqüentemente, às conquistas dos recém-chegados.

Mapa 2. A divisão territorial do Muenemutapa e seus Estados satélites



Fonte: SERRA (2000).

Um pouco mais ao norte, foi entre 1200 e 1400 d.C. que os Marave chegaram aos atuais territórios de Moçambique e do Malawi (mais uma vez, é impossível dissociar a história moçambicana da de seus vizinhos), vindos da região sul da atual República Democrática do Congo. Assim como nos Estados do Muenemutapa, uma linhagem familiar dominante (no caso Marave, a dos Phiri) também acabou por resultar na formação de alguns Estados, de origem comum, mas com um deles se sobrepondo aos outros satélites: o Estado dos Caronga (entre os Estados satélite, destacam-se os Estados de Undi e Lundu).

O mais importante aqui, porém, é a constatação de que cada um desses Estados possuía limites. Verdade que não eram tão marcados como se pode supor, mas já existia uma dimensão aproximada de onde começava e terminava a influência de cada Estado sobre o território. Verdade também que o Muenemutapa tinha um poder centralizador sobre os Estados vizinhos, bem como o Estado dos Caronga em relação aos Marave, mas já os reconhecia como Estados. Seria possível, portanto, falar de fronteiras?

Foi citado anteriormente que os entrepostos comerciais guardavam algumas características fronteiriças, de dinâmica comercial e transição cultural e política entre territórios. Mas esses territórios não eram contíguos, e sim separados por um

oceano. O Muenemutapa e seus Estados vizinhos eram contíguos, e possuíam uma intensa dinâmica comercial, mas seria possível falar de transição cultural e política? Todos os Estados partilhavam de uma origem comum (com diferenças de linhagem, mas culturalmente semelhantes), e além disso tinham no Muenemutapa uma espécie de matriz política. Talvez por isso não se poderia falar em fronteiras, mas sim em limites. Se as primeiras características de fronteiras apareceram no território moçambicano através dos entrepostos, os limites territoriais aparecem com o nascimento dos primeiros Estados. Aos poucos, portanto, surge um embrião das fronteiras e limites em território moçambicano, que somente tomará a forma atual com a colonização portuguesa e a independência, mas que começam a desenvolver suas características nessa época.

O enfraquecimento desses Estados locais coincidiu com a substituição de seus parceiros comerciais, antes asiáticos e agora portugueses⁷, que começaram a procurar eles mesmos a propriedade de terras, conseguindo-as ora por doação, ora por compra, ou até mesmo na conquista armada. Essas propriedades foram se constituindo ao longo do rio Zambeze, e eram reguladas exclusivamente pelos portugueses: eram os chamados Prazos⁸. As bibliografias consultadas consideram os Prazos (que se não chegavam a ser um Estado, também impunham novas delimitações em território moçambicano) como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique. Esses Prazos, que não duraram muito tempo, também por pressão das populações locais, acabaram por desaparecer com o crescimento do tráfico de escravos e com as invasões nguni⁹, no período conhecido por Mfecane.

O Mfecane foi um período de lutas e migrações dos nguni por toda a África Austral, passando obviamente por Moçambique nas primeiras décadas do século XIX devido a uma série de fatores econômicos, políticos e sociais. Essas migrações realizadas durante o Mfecane tiveram três consequências diretas para o território moçambicano: a primeira foi a destruição, por parte dos nguni migrantes, dos últimos Prazos que ainda restavam em torno do rio Zambezi; a segunda consequência foi o nascimento do reino Swazi, que mais a frente se tornaria a atual Suazilândia, país fronteiro com Moçambique; a terceira, e talvez mais importante consequência para o território moçambicano, foi a formação do Estado de Gaza,

7 Foi em 1498 d.C. que desembarcou a primeira embarcação portuguesa em terras moçambicanas, mais precisamente em Inhambane.

8 O nome Prazo vem do fato de que aquele que tivesse a concessão da propriedade poderia utilizá-la pelo prazo de 3 gerações. A administração portuguesa tentou dar um aparato legal a esses Prazos, mas os prazeiros simplesmente ignoravam as ordens vindas “de cima”, tendo total controle sobre suas propriedades.

9 Populações também de origem bantu que seguiram para o sul do continente africano durante a grande marcha de migração, rumando em direção ao território que hoje pertence à África do Sul.

maior Estado (territorialmente falando) pré-colonial inserido no território de Moçambique. Abrangeu, em seu auge, todo o território entre Lourenço Marques (atual Maputo) e o rio Zambezi.

À decadência do Estado de Gaza, resultante do trabalho migratório de sua população rumo às minas e plantações das colônias inglesas e das crescentes pressões portuguesas pelo território, seguiu-se a histórica reunião das potências europeias em 1884/85, a Conferência de Berlim, que discutiu a ocupação do continente africano de acordo com seus interesses, sendo datado de 1886 o início da ocupação efetiva do território moçambicano por parte dos portugueses.

Até 1880, os Estados europeus não tinham muitas pretensões em relação à África, e por isso não entravam em conflito entre si pelos territórios onde tinham inicialmente se estabelecido. Mas a descoberta de ouro e diamante, além da disponibilidade de terras para plantação no continente africano, mudou essa relação (BRUNSCHWIG, 1971).

A Europa passava, de maneira geral, por um momento de crescimento da economia capitalista, no qual era fundamental incrementar a produção industrial e agrícola, expandir seus mercados e acumular capital. Ora, a África, antes colocada em segundo plano pelos europeus, aparecia como uma oportunidade para preencher todos os requisitos colocados acima: matéria-prima para a indústria, terras para agricultura, pessoas para adquirir seus produtos e ouro e diamante como riqueza. Essa confluência de interesses fez com que os europeus se reunissem, em 1884/85, na Conferência de Berlim, onde discutiriam as formas de ocupação do continente africano.

Diferentemente do que se pensa, porém, o objetivo da Conferência de Berlim não era dividir a África com limites precisos. A ideia, na verdade, era discutir como seriam ocupados e explorados os territórios que até o momento eram apenas áreas de influência dos Estados europeus, com o objetivo final de criar áreas de livre-comércio (e livre navegação fluvial) entre essas ocupações que os interessavam muito (BRUNSCHWIG, 1971). As delimitações exatas dessas ocupações europeias foram sendo feitas através de tratados, nos quais os Estados europeus que tinham áreas de contato no continente africano entrariam em consenso entre si sobre esses limites.

Ao final da Conferência de Berlim, Portugal ficou com as colônias de Guiné (Bissau), Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Em Moçambique, Portugal possuía apenas algumas feitorias ao longo do rio Zambeze (como Tete, Quelimane, Sofala, Sena), e ao longo da costa entre o rio Rovuma e a Baía de Maputo. Como seria, então, o desenho do território moçambicano, que

estava agora sob possessão oficialmente portuguesa?

Em relação aos limites costeiros, Pelissier (1987) afirma que tanto a sul, quanto a norte, esses limites já eram praticamente os mesmos de hoje em dia desde 1857. O limite sul era a Baía de Maputo, que chegou a ser objeto de disputa com os britânicos por ser o porto de escoamento das minas sul-africanas, tendo sido reconhecida formalmente como possessão portuguesa por intermédio do presidente francês à época, e marechal, Mac Mahon. Já o limite norte era definido pelo curso do Rio Rovuma, onde a margem sul pertencia a Moçambique, e a norte à Tanzânia¹⁰. Quanto aos limites para o interior do continente, Lobato (1962 apud PELISSIER, 1987, p. 48), diz que Moçambique era “uma área sem limites certos nem fronteiras definidas, e verdadeiramente um campo de acção de colonos livres, agrupados ou dispersos a seu capricho e por seu interesse”. Além disso, Bordalo (1859 apud PELISSIER, 1987, p. 49) diz que

As suas fronteiras no sertão não podem determinar-se precisamente, porque além de terem avançado e recuado em diversas epochas (sic), nunca a situação dos pontos extremos foi averiguada com exactidão; contudo a maior extensão da colônia no sentido de leste a oeste é de duzentas léguas (1236 km) aproximadamente, desde as bocas do rio Zambeze até a feira do Zumbo.

Como foi feita, portanto, a delimitação desse interior?

Durante a Conferência de Berlim, Portugal apresentou aos chefes de Estado europeus um mapa, onde clamava por um território contínuo de administração portuguesa entre Angola e Moçambique¹¹. Todos os Estados envolvidos na Conferência aceitaram a solicitação portuguesa, visto que não tinham nenhuma pretensão em explorar essa área, com uma exceção: a Inglaterra. Os ingleses tinham um projeto, idealizado por Cecil Rhodes, de construir uma estrada de ferro que ligasse o Cairo ao Cabo (atual Cape Town, na África do Sul), e o domínio português nessa área reivindicada impedia os ingleses de terminar seu projeto. Isso fez com que os ingleses enviassem um Ultimato, em 1890, exigindo que os portugueses desocupassem essa área¹². Pressionados e isolados, já que os outros Estados

10 Limite esse que também foi definido após conflitos com a Alemanha (que ocupava a Tanzânia, na época chamada de Tanganyka) e com o sultão de Zanzibar, que controlava o comércio costeiro no Índico.

11 Esse mapa ficou historicamente conhecido como “mapa cor-de-rosa”, pois a área que os portugueses reivindicavam estava pintada dessa cor no mapa.

12 Reivindicada pelos ingleses com o argumento de que, diferentemente de Portugal, eles teriam condições de ocupar esses territórios. Realmente, a pretensão de Portugal por aquela área era um tanto ambiciosa, uma vez que os portugueses não tinham força econômica e militar, além de

européus não o apoiavam mais, os portugueses acabaram por se retirar das áreas. Assim, em 1891 os ingleses enviaram um mapa a Portugal que definia quais seriam os limites entre seus territórios, e que corresponde ao atual desenho do território moçambicano. Essa delimitação foi oficializada por um tratado luso-britânico datado do mesmo ano.

Mapa 3. O “mapa cor-de-rosa”, com a área reivindicada por Portugal



Fonte: CHARLES, A. e SÁ, L. (2011) Cartografia Histórica da África: mapa cor-de-rosa.

Assim, a delimitação do território moçambicano não é simplesmente o resultado de uma partilha arbitrária do continente africano por parte das potências europeias, mas sim a consequência de um longo processo, iniciado com as migrações bantu, e consolidado no tratado luso-britânico de 1891. Essa delimitação foi consequência de um histórico de ocupação e sucessivas transformações do território, cuja articulação teve como desfecho a configuração territorial do que chamamos hoje de Moçambique, e o consequente surgimento das fronteiras atuais do Estado moçambicano. A sobreposição do traçado de administração política portuguesa às concepções anteriores de território dos Estados africanos, porém, gerou consequências marcantes para as dinâmicas de fronteira em Moçambique, sendo esse o escopo do próximo item do presente artigo.

possuir uma população muito pequena para ocupar tamanha extensão de terra (o que foi ratificado pela concessão por parte de Portugal da quase totalidade de seu território em Moçambique a capitais estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses, dando origem às chamadas Companhias Majestáticas de exploração).

Horizontalidades e verticalidades nas fronteiras de Moçambique

Uma possibilidade de abordar as diferentes dinâmicas existentes nas fronteiras moçambicanas, já experimentada por Euzébio (2011) em seu estudo sobre a fronteira Brasil-Colômbia, é a partir dos conceitos de “horizontalidade” e “verticalidade”. Tais conceitos são, na verdade, segundo Santos (2000, p. 105), “recortes superpostos e complementares do espaço geográfico atual”, coexistindo, portanto, por toda zona de fronteira moçambicana. As horizontalidades, segundo o autor, seriam “zonas da contiguidade que formam extensões contínuas” (ibid., p. 108), que representariam em nosso objeto de estudo as zonas de fronteira onde os moçambicanos e seus vizinhos se relacionam cotidianamente a despeito da existência dos limites territoriais. Já as verticalidades, definidas pelo autor como um “conjunto de pontos formando um espaço de fluxos” (ibid., p. 105), sendo assim constituídas por redes, seriam representadas pelas áreas onde a presença de sistemas técnicos de transporte como as ferrovias e as rodovias marcam mais profundamente a organização territorial das fronteiras. As diferentes interações fronteiriças de horizontalidade e verticalidade, detalhadas a seguir, estão reunidas de maneira sintética no Quadro 1, organizadas com base nos países vizinhos a Moçambique, com o intuito de facilitar a visualização do leitor:

Quadro 1. Síntese das interações fronteiriças de Moçambique com os Estados vizinhos

Estados vizinhos	Horizontalidades <i>(interações contíguas entre população local)</i>	Verticalidades <i>(interações via sistemas técnicos modernos de transporte)</i>
África do Sul	Comércio dinâmico e deslocamentos para trabalho, com forte controle na fronteira	e Destaque para o movimento de produtos industrializados e de pessoas buscando serviços entre Nelspruit e Maputo
Suazilândia	Comércio dinâmico e deslocamentos para trabalho, com controle moderado na fronteira	e Basicamente escoamento da produção mineral da Suazilândia por meio da ferrovia
Zimbabwe	Fronteira muito porosa, com comércio dinâmico (inclusive contrabando)	Estruturação da rede urbana moçambicana a partir dos dois corredores de transporte:

Limpopo e Beira

Zâmbia	Baixo movimento de fronteira, basicamente de comércio local	Dinâmica inexpressiva
Malawi	Fronteira muito porosa, com comércio dinâmico e relações de trabalho sólidas (<i>ganyu</i>)	Densa malha rodoviária, principalmente no lado malawiano, que escoava sua produção pelos portos moçambicanos
Tanzânia	Baixíssimo movimento de fronteira, somente por via fluvial	Praticamente inexistente

Fonte: Elaboração própria.

1) Horizontalidades: a contiguidade territorial

Um lugar-comum quando se discute o processo de delimitação territorial dos Estados africanos é o de que povos anteriormente pertencentes a um mesmo território foram separados quando da divisão. Não há dúvidas de que essa cisão realmente existiu, mas isso não significou uma ruptura real da relação entre essas populações. Pelo contrário, em muitos casos a divisão serviu para alavancar as trocas e migrações entre os territórios recém-delimitados. Um bom exemplo de como essas dinâmicas pré-coloniais persistiram mesmo depois da partilha da África é a relação entre Moçambique e a Suazilândia.

O Estado swazi, antes de sua transformação em colônia, era liderado pela linhagem Dlamini (como resultado das migrações do Mfecane), e sua área de influência ia além dos limites conferidos à atual Suazilândia, existindo aldeias e chefes subordinados a essa linhagem também na África do Sul e Moçambique. Segundo McGregor (1995, p. 11), “a definição final da fronteira oriental da Suazilândia deixou áreas de influência de Dlamini fora do Estado da Suazilândia”. Esse corte da soberania local pelas fronteiras coloniais não freou, porém, o movimento populacional dentro desse Estado dividido, deixando-o, contudo, mais complexo.

A Suazilândia possuía divergências internas em relação à migração de

moçambicanos (e estrangeiros em geral) para dentro do seu Estado. Para o rei Sobhuza, essa entrada de estrangeiros ameaçava a unidade nacional procurada por ele; entre os chefes locais, havia uma divisão: alguns acolhiam os migrantes com cordialidade (ainda que com outros interesses implícitos), outros não tinham mais interesse nessa migração. O que nos interessa, porém, é o fato de que as populações transfronteiriças de Moçambique e Suazilândia se utilizavam dessa cisão entre os territórios para obter vantagens para si. Segundo McGregor (1995, p. 15),

Do lado português, as populações usavam a fronteira para evitar as exigências estatais relacionadas com impostos, mão de obra e serviço militar. Do lado da Suazilândia, as populações também evitavam os impostos por meio da migração temporária (pág. 14) (...) A fronteira forneceu oportunidades para as populações não só fugirem aos custos da cidadania sob a ordem colonial, mas também para adquirirem os benefícios da cidadania em ambos os lados.

Essa dinâmica migratória entre Moçambique e Suazilândia sempre foi muito desenvolvida, principalmente pelos laços históricos e de parentesco entre as populações transfronteiriças, e pelo surgimento de fazendas e indústrias na Suazilândia depois da Segunda Guerra Mundial. O movimento sempre foi maior de Moçambique para a Suazilândia, devido à pressão e aos abusos do colonialismo português, e às oportunidades de trabalho (legal e ilegal) no território swazi. A recepção dos swazi, porém, não foi sempre hospitaleira, uma vez que os governantes desse Estado não viam com bons olhos a presença de estrangeiros em seu território, e mesmo os moradores da zona de fronteira, que acolhiam esses moçambicanos, colocavam-nos na condição de empregados e residentes temporários. Segundo McGregor (1995, p. 24),

Embora se afirme muitas vezes na literatura sobre os refugiados rurais em África que o parentesco e outros laços históricos com os hospedeiros facilitam a integração, a experiência dos moçambicanos na Suazilândia ilustra que o parentesco é importante, mas que os laços transfronteiriços são circunstanciais e políticos, e estão sujeitos a uma renegociação constante.

Da mesma forma, o nascimento dos territórios de Moçambique e Rodésia do Sul (Zimbabwe) não significou o fim da concepção anterior de território das populações locais, que abrangia porções de terra pertencentes aos dois novos Estados. Segundo Patricio (2011, p.7),

(...) o estabelecimento do traçado das fronteiras moçambicanas não foi suficiente para implicar a ruptura de um conjunto de relações de subordinação política, com uma enorme componente mágico-religiosa, entre as chefaturas vaNdau moçambicanas e rodesianas.

Assim, ao contrário de inibir a dinâmica de fronteira entre ambos os países, a

delimitação forçou uma relação entre os Estados recém-criados que, por não terem sido assimilados totalmente pela população local, não tinham como fazer o controle desses fluxos:

(...) a fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe, não constituiu uma linha real de ruptura política, comercial, religiosa ou cultural entre Estados. Ela permite, e fomenta, a continuidade de fluxos de toda a espécie, entre os dois lados, por via da fraqueza dos próprios Estados centrais em controlarem o seu território, da fraca identificação das populações com os próprios Estados, eles próprios entendidos como entidades exógenas (...) (PATRICIO, 2011, p. 12).

Apesar dessa porosidade na fronteira, porém, os moçambicanos não eram tratados como cidadãos zimbabwianos comuns pelos chefes locais. O histórico conflito agrário do Zimbabwe é relacionado com a disponibilização de terras para cultivo, e era exatamente nessa questão que os chefes zimbabwianos davam tratamentos diferentes para imigrantes moçambicanos e zimbabwianos — ainda que estes também fossem migrantes de outras áreas do país (HUGHES, 1999).

A partir da década de 1990, um plano de ajustamento estrutural levado a cabo pelo governo zimbabwiano acelerou o desenvolvimento do comércio informal de fronteira, pois o excesso do protecionismo na economia do Zimbabwe tornava mais baratos os produtos “contrabandeados” de Moçambique do que aqueles produzidos no próprio país. Essa prática acabou por se tornar o modo de sobrevivência de muitos zimbabwianos e moçambicanos, desempregados pelo momento econômico de ambos os países, que viviam na região de fronteira e que compartilhavam uma cultura e história comuns (POPHIWA, 2010).

Assim, de modo geral, os habitantes da região de fronteira não consideram a divisão entre Moçambique e Zimbabwe como uma barreira, uma vez que veem ambos os lados como pertencentes a um mesmo território por onde transitam. Nas palavras de Pophiwa (2006, p. 10):

De fato há uma notável ausência de barreiras naturais ou feitas pelo homem nos 4212 km¹³ de limites entre Moçambique-Zimbabwe. Pessoas com uma cultura e linguagem em comum vivem nos dois lados da fronteira, compartilhando conhecimento sobre as inúmeras trilhas que ligam mercados e vilas vizinhos dos dois lados da fronteira¹⁴.

13 Na realidade, essa quilometragem da fronteira indicada pelo autor está equivocada, sendo o valor aproximado da extensão da fronteira Moçambique-Zimbabwe de 1000 km.

14 Tradução nossa. No original: “In fact there is a notable absence of natural or man-made barriers on the 4212 km. Mozambique-Zimbabwe border line. People of a common culture and language live on both sides of the border, sharing intimate knowledge of the numerous bush trails connecting neighboring markets and villages across the boundary”.

A mesma forma de perceber o território como contíguo aparece nas fronteiras de Moçambique com o Malawi. A organização histórica da região a partir dos Estados Marave fez com que moçambicanos e malawianos também compartilhassem o mesmo território por muito tempo, e a delimitação dos novos Estados não foi suficientemente radical para cortar essa relação.

De acordo com Whiteside (2002, p. 14),

O sul do Malawi é umas das áreas mais populosas da África Austral, o que resulta em uma grande pressão sobre os recursos naturais. Paralelamente, o norte de Moçambique tem umas das menores densidades populacionais, relativa abundância de terras e recursos naturais, mas pouca infraestrutura, serviços e acesso ao mercado. As barreiras étnicas, físicas e de língua entre as duas áreas não são muito significativas, e a fronteira se deve principalmente às vicissitudes da história colonial. A fronteira é mais significativa em termos de política nacional, e particularmente para funcionários do governo local, do que em um nível social local¹⁵.

Assim, com essa continuidade territorial, são diversas as dinâmicas existentes na fronteira Moçambique-Malawi. Dentre elas, é de se destacar uma bem particular da fronteira em questão, referente ao trabalho migratório, cuja principal modalidade é uma forma de trabalho conhecida como “ganyu”.

O ganyu é um tipo de trabalho pago pela quantidade de serviço feito, e não pelas horas trabalhadas, e é comum essa modalidade de trabalho ser realizada na agricultura, tanto por malawianos em Moçambique quanto por moçambicanos no Malawi. O pagamento pode ser feito em dinheiro ou em comida: os malawianos geralmente preferem o pagamento em comida (principalmente milho), enquanto os moçambicanos têm preferência pelo dinheiro. Além dessa modalidade, o trabalho de fronteira também se realiza pelo assalariamento (geralmente de moçambicanos que vão trabalhar em empresas de exploração agrícola malawianas) e pelo carregamento de produtos de um lado a outro da fronteira, quase sempre associado ao comércio local (WHITESIDE, 2002).

Assim, mesmo que a divisão territorial resultante da partilha da África e das independências africanas tenha separado povos antes reunidos em um mesmo território, a persistência das relações tradicionais entre eles demonstra que as

15 Tradução nossa. No original: “Southern Malawi is one of the most highly populated areas in southern Africa with a resulting high pressure on land and natural resources. This lies alongside Northern Mozambique, which has one of the lowest population densities, relatively abundant land and natural resources, but with poor infrastructure, services and market access. The ethnic, language and physical barriers between the two areas are not very significant and the border is due largely to the quirks of colonial history. The border is more significant at a national political level, and particularly to local government officials, than at a local social level.

dinâmicas de fronteira em Moçambique atualmente contêm muito do passado pré-colonial do país. De qualquer modo, a colonização deixou suas marcas também nas fronteiras moçambicanas, e são essas dinâmicas que serão abordadas no próximo subitem.

2) Verticalidades: os sistemas técnicos de transporte

Se, por um lado, é um erro admitir que os novos limites entre Estados frearam a relação entre as populações fronteiriças, igualmente o é afirmar que os africanos simplesmente ignoram a nova divisão do continente.

Muito se fala da artificialidade desses limites, e da pouca relevância dada ao Estado pela população moçambicana. Essas afirmações são verdadeiras em parte, uma vez que realmente a delimitação dividiu populações histórica e territorialmente interligadas, e subordinadas mais à organização espacial local (anterior ao colonialismo) do que do Estado recém-criado. Porém, é equivocado imaginar que a delimitação de Moçambique não tenha provocado nenhuma outra transformação em seu território, principalmente na zona de fronteira. A partir do momento em que o colonialismo se instalou em Moçambique, inexoravelmente ele entrou em sua história e, como tal, teria consequência para seu território.

Em primeiro lugar, as populações fronteiriças utilizam inclusive as diferenças de câmbio, produção agrícola e políticas territoriais entre os Estados vizinhos, em proveito próprio, sendo em muitos casos a estratégia de sobrevivência dessas pessoas. Ao falar sobre cidades fronteiriças, Araújo (1997, p. 116) afirma que

paralelamente ao estímulo econômico que estas cidades representam, surge o papel do Estado, pois sua organização territorial está na origem das cidades de fronteira, localizadas ao longo das linhas de divisão política que, de acordo com as circunstâncias, activam ou neutralizam as trocas comerciais.

Para além da questão política, a repartição do continente africano pelas potências europeias teve como consequência a construção de sistemas técnicos de transporte que, apesar de terem sido concebidos no intuito de escoar a produção da colônia, servem hoje para integrar territorialmente os Estados da região. Mesmo que ao longo de toda a extensão das fronteiras do país grande parte das estradas ainda seja de terra batida, a presença de sistemas técnicos como ferrovias e rodovias pavimentadas estimula o movimento de pessoas e de mercadorias em pontos estratégicos do território.

O distrito de Moamba, na província de Maputo, talvez seja o mais representativo quanto à importância desses sistemas técnicos na fronteira entre

Moçambique e África do Sul. É nesse distrito que se localiza o posto fronteiriço de Ressano Garcia, sem dúvidas o mais movimentado entre os dois países (o posto do lado sul-africano da fronteira chama-se Komatipoort).

Ressano Garcia localiza-se a 90 km da capital moçambicana, Maputo, e é ligada a ela por uma estrada nacional, a EN4, que, ao passar a fronteira, continua até Johannesburgo, passando pela cidade de Nelspruit. Além disso, Ressano Garcia também faz a interligação por linha férrea entre os dois países, movimentando assim diariamente um grande número de pessoas que cruzam as fronteiras atrás de trabalho, comércio e lazer. Segundo Mungói (2010, p. 50),

Esse fluxo tornou-se mais frequente a partir de 2006 com a abolição, em 2005, de vistos de entrada entre os dois países. Muitos residentes em Maputo deslocam-se para a cidade de Nelspruit aos fins de semana e feriados para fazerem suas compras em busca de preços acessíveis e realizarem consultas médicas. Os poucos sul-africanos que atravessam a fronteira são turistas brancos que se deslocam para estâncias turísticas (praias e *lodges*) de Inhambane e Gaza.

Essa importância dos sistemas técnicos nas dinâmicas de fronteira remonta, porém, aos tempos coloniais, mesmo antes de Moçambique e seus vizinhos se tornarem independentes. A Rodésia do Sul dependia de Moçambique para o escoamento de sua produção, tanto da extração de minerais quanto das suas plantações, e esse escoamento era feito basicamente por via férrea, com ferrovias que ligavam a capital rodesiana Salisbury (atual Harare) às cidades moçambicanas portuárias da Beira e de Lourenço Marques (atual Maputo), passando obviamente pelas recém-formadas fronteiras.

Atualmente, uma dessas linhas férreas, ligando Maputo ao Zimbabwe, que passa pela cidade de Chókwe, corta também todo o distrito de Chicualacuala, configurando uma organização espacial do distrito que gira em torno da ferrovia. Massaiete (1999) relata que grande parte das aglomerações populacionais do distrito de Chicualacuala é de origem ferroviária, ou seja, nasceram em volta da linha férrea em questão.

Mais ao norte, ainda na fronteira com o Zimbabwe, a presença do chamado Corredor da Beira é também fundamental para a dinâmica de fronteira local¹⁶. O

16 Para fins de planejamento, o governo moçambicano divide o país nos chamados “corredores de desenvolvimento”: os corredores de Maputo, da Beira, e de Nacala. Esses corredores de desenvolvimento nada mais são do que um conjunto de sistemas técnicos de transporte complementares (portos, ferrovias, estradas) que têm como ponto inicial um porto importante do território moçambicano, e como destino final os países vizinhos de Moçambique no interior do

Corredor da Beira, para fazer a conexão entre os dois Estados, obviamente passa pela fronteira, mais especificamente ao distrito de Manica e ao posto administrativo de Machipanda, sendo o grande responsável pela dinâmica comercial e migratória da região.

Se a presença desses sistemas técnicos alavanca as dinâmicas fronteiriças com os Estados os quais interligam, sua ausência em fronteiras como a da Zâmbia demonstra a importância que adquiriram nas fronteiras. A ligação rodoviária dos distritos fronteiriços entre a Zâmbia e Moçambique é deficitária. Boa parte das estradas é intransitável, e mesmo as que estão regulares não comportam um tráfego muito grande. O principal meio de transporte desses distritos são os “chapas”¹⁷, inclusive para os deslocamentos internacionais, além das bicicletas. Isso faz com que o volume de deslocamentos de pessoas e mercadorias seja bem menor do que nas fronteiras atravessadas por ferrovias e rodovias pavimentadas.

O papel da guerra nas dinâmicas fronteiriças

A coexistência de uma tradição pré-colonial e um projeto colonial modernizante no território não foi, obviamente, pacífica. O embate entre essas duas concepções de território inevitavelmente levou a conflitos, evidenciados na luta de libertação moçambicana (que culminou com a independência) e na subsequente guerra de desestabilização do país. Esses conflitos tiveram consequências diretas nas dinâmicas de fronteira de Moçambique.

Nas décadas de 1960 e 1970, as fronteiras moçambicanas passaram a ter significados diferentes de acordo com os territórios com os quais eram limítrofes. Segundo Corrêa e Homem (1977, p. 571), “havia fronteiras amigas, como as da Tanzânia, e inimigas, como as da Rodésia”.

A partir do nascimento dos movimentos de libertação de Moçambique, as fronteiras passaram a ter um papel positivo para os moçambicanos, principalmente a fronteira com a Tanzânia. País já independente, a Tanzânia passou a receber e treinar os combatentes da FRELIMO¹⁸, e foi nas regiões mais próximas da fronteira Moçambique-Tanzânia que começou efetivamente a luta armada de libertação.

Conquistada a independência em Moçambique, a FRELIMO adotou uma política de governo baseada no socialismo soviético, fazendo com que os territórios

continente: África do Sul, Suazilândia e Zimbabwe para o porto de Maputo; Zimbabwe para o porto da Beira; e Malawi para o porto de Nacala.

17 Pequenas vans, geralmente em péssimo estado de conservação, que asseguram a quase totalidade dos deslocamentos rodoviários coletivos no território moçambicano.

18 Frente de Libertação Moçambicana, organização que lutou contra o colonialismo em Moçambique, e quando da independência, passou a ser o partido político que governaria o país desde a independência até os dias de hoje.

vizinhos colonizados pelos britânicos começassem a atacar o território moçambicano, visando frear o avanço do sistema socialista e iniciando, assim, a guerra de desestabilização moçambicana, que duraria até 1992. Se através da fronteira com a Tanzânia o país conseguiu se libertar, as fronteiras com a Rodésia do Sul e África do Sul eram os lugares onde a guerra se instalava.

Durante a luta de libertação moçambicana, iniciada em 1964, a FRELIMO acolhia combatentes do Zimbabwe que também tentavam iniciar uma luta de libertação contra o regime rodesiano de Ian Smith. Com a independência de Moçambique em 1975, a Rodésia do Sul passou a se preocupar com os avanços desse movimento de libertação do país, daí investindo ataques na fronteira entre ela e Moçambique para eliminar os guerrilheiros da independência zimbabweana. Além desses ataques, o governo rodesiano também começou a transferir os habitantes da fronteira para o interior do país, na tentativa de evitar o contato desses habitantes com moçambicanos e guerrilheiros da libertação zimbabweana (MASSAIETE, 1999).

Apesar dessa guerra na fronteira, era muito grande o fluxo de moçambicanos em direção à Rodésia do Sul, tanto para se refugiar junto de seus familiares, quanto para adquirir bens escassos em Moçambique durante a guerra, iniciando assim uma rede de comércio transfronteiriça que se desenvolvia dos dois lados (PATRICIO, 2011).

Da mesma maneira, durante a guerra de desestabilização, mais precisamente nos anos de 1985/86, a RENAMO¹⁹ ocupou parcialmente o distrito fronteiriço de Milange, na província da Zambézia, fazendo com que 70% da população migrasse tanto para o Malawi quanto para outros distritos moçambicanos. Quando o governo (a FRELIMO) retomou o controle do distrito, a população começou a voltar para Milange, e o Acordo de Paz de 1992 acelerou ainda mais o processo. Porém, Alfredo (2004) diz que, quando de seu regresso, a população preferiu se estabelecer próxima à fronteira, pela facilidade de se migrar novamente para o Malawi no caso de uma eventual retomada do conflito. Além disso, o fato do serviço de saúde ser mais acessível do que o moçambicano, e da educação no Malawi ser gratuita até o 7º ano, fez com que as famílias ficassem próximas à fronteira para usufruir desses serviços. Mais ainda, a criação de feiras comerciais no Malawi próximas à fronteira também contribuiu para que a população moçambicana se aproximasse do país vizinho, onde poderiam comerciar seus excedentes agrícolas, tornando-se assim mais próxima comercialmente do vizinho do que de seu próprio país (ao ponto do Kwacha, moeda malawiana, ser a moeda corrente nessas aldeias, em detrimento do

19 Resistência Nacional Moçambicana, organização financiada por sul-africanos e rodesianos e criada para se opor ao projeto socialista levado a cabo pela FRELIMO.

Metical moçambicano).

Assim, a guerra de desestabilização serviu, paradoxalmente, como um estímulo às dinâmicas de fronteira moçambicanas até hoje.

Considerações Finais: a centralidade das fronteiras

Desde que foi delimitado seu território, o avanço do colonialismo, a luta de libertação e a guerra de desestabilização em Moçambique geraram novas ondas de migração em direção às fronteiras, aproximando a população moçambicana da de seus vizinhos e aumentando suas dinâmicas, principalmente na escala local. Enquanto o Estado moçambicano e os Estados vizinhos (além de grandes empresas) se valem da permeabilidade das fronteiras apenas como ponto de passagem e palco de trâmites burocráticos, milhares de pessoas vivem e sobrevivem da fronteira, lugar onde moram, se alimentam, praticam o comércio, vão às escolas e hospitais, e constituem família.

Dessa forma, as fronteiras moçambicanas, quando vistas *in loco*, **aparentemente** perdem seu sentido, uma vez que as pessoas veem os dois lados como um mesmo território. Esse é um dos principais argumentos daqueles que, no discurso da globalização, evocam o fim das fronteiras nacionais. Esquecem-se, porém, que, se a soberania política dos Estados sobre seus territórios não fosse exercida, as dinâmicas fronteiriças não existiriam. Se todos os territórios fossem homogêneos, espaços seriam abertos para a invasão de empresas de lugares mais ricos e influentes, dificultando ainda mais a vida daqueles que não têm acesso ao mundo globalizado. Daí a importância do Estado nacional com soberania sobre seu território, pois é a partir dele que é possível frear os avanços da globalização “perversa” (SANTOS, 2000) e garantir a sobrevivência digna daqueles que ali vivem. As fronteiras aparecem, então, como espaços de transição entre Estados nacionais, onde suas estruturas normativas diferenciadas são mais maleáveis e porosas. Assim, em vez de perder o sentido, as fronteiras moçambicanas reforçam o caráter de **continuidade** entre seu território e o de seus vizinhos, mantendo a necessidade de integração entre eles — e não de sua homogeneização.

Portanto, em tempos de integração e globalização, as fronteiras deixam de ser um lugar marginal para as sociedades, como sempre foram consideradas, e se tornam cada vez mais **centrais** para a continuidade da construção de uma humanidade mais solidária.

Referências

- ALFREDO, Fidélio Vicente. *Diferenciação espacial da população no distrito de Milange*. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2004.
- ANDERSON, Benedict [1983]. *Imagined*

- Communities*. Londres: Verso, 1994.
- ARAÚJO, Manuel G. Mendes. *Geografia dos Povoamentos — Uma Análise Geográfica dos Assentamentos Humanos Urbanos e Rurais*. Maputo: Livraria Universitária (UEM), 1997.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- CHARLES, Arlindo Jose; MARQUES DE SA, Lucilene Antunes Correia. “Cartografia Histórica da África: mapa cor-de-rosa”. In: 1o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, Maio de 2011. Disponível em < https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simp osio/CHARLES_ARLINDO_E_SA_LUCILENE_ANT UNES.pdf > Acessado em 19 de maio de 2015.
- CORRÊA, Sônia; HOMEM, Eduardo. *Moçambique: primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem Editorial, 1977.
- COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. In: *Revista brasileira de política internacional*, vol.42, n.1, 1999.
- EUZÉBIO, Émerson Flávio. *Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH/USP, São Paulo, 2011.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HOBBSAWM, Eric [1990]. *Nações e nacionalismo desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da fachada Atlântica ao âmago da Hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
- HUGHES, David McDermott. Refugees and squatters: immigration and territorial politics on the Zimbabwe-Mozambique border. In: *Journal of Southern African Studies*, n. 25(4), 1999.
- MACAMO. A nação moçambicana como comunidade de destino. In *Lusotopie*, 1996. p. 355-365. Disponível em < <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/m acamo96.pdf> > Acessado em 20 de maio de 2015.
- MACHADO, Lia O. Limites, Fronteira e Redes. In: STROHAECKER et al (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo : Contexto, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSAIETE, Boaventura Salvador. *Chicualacuala: a guerra na fronteira (1975-1992)*. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1999.
- MATUSSE, Renato. *África Austral: das migrações bantu à integração regional*. Maputo: Imprensa Universitária, 2009.
- MCGREGOR, JoAnn. Os moçambicanos na Suazilândia, 1888-1993. In: *ARQUIVO — Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique (UEM)*, nº 17, 1995
- MONDLANE, Eduardo [1969]. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- MUNGOI, Dulce Maria. *Identidades viajeiras: família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, na África do Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- NGUNGA, Armindo. *Introdução à lingüística bantu*. Maputo: Livraria Universitária (UEM), 2004.
- PATRICIO, Ana Marta Esteves. Identidade Étnica, Regional ou Transnacional? O Caso Ndau. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011. Disponível em < http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resp ursos/anais/3/1307612155_ARQUIVO_Artigo completo_MartaPatricio.pdf > Acessado em 19 de maio de 2015.
- PELLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918) — Volumes 1 e 2*. Lisboa: Estampa, 1987.
- POPHIWA, Nedson. The Border moves at night! The experiences of smuggling among the Penhalonga and Nyaronga communities astride

- the Zimbabwe-Mozambique border. In: *Forced Migration Studies Programme Seminar Series*, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2006.
- _____. Smuggling on the Zimbabwe-Mozambique Border. in CRUSH, Jonathan; TEVERA, Daniel. *Zimbabwe's Exodus. Crisis, Migration, Survival*. Cape Town: SAMP, 2010.
- RAFFESTIN, Claude [1980]. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RITA-FERREIRA, Antonio. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.
- SANTOS, Milton [2000]. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SERRA, Carlos (org.). *História de Moçambique — Volumes 1 e 2*. Maputo: Livraria Universitária (UEM), 2000.
- WHITESIDE, Martin. Neighbours in development: livelihood interactions between northern Mozambique and southern Malawi. Relatório apresentado ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, janeiro de 2002. Disponível em <http://www.sarpn.org/CountryPovertyPapers/may2002/dfid/neighbours_develop.pdf> Acessado em 19 de maio de 15.

Sobre o autor

Antonio Gomes: graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo, atualmente realiza mestrado na mesma instituição, desenvolvendo pesquisas sobre a circulação no território moçambicano.

* * *

ABSTRACT

Conformation and dynamics of borders in Mozambican territory

In Mozambique, the succession and coexistence of different conceptions of territory since precolonial states, through the Portuguese colonization and coming to an independent national state, were responsible for introducing elements that characterize the country's borders. There, while the territorial contiguity allows people to relate to border as if there is no division, the presence of modernity brought by the colonizers impose their brand through the design of technical systems of transportation. Ironically, the succession of wars in Mozambique was also crucial for the characterization of its borders.

KEYWORDS: Mozambique, borders, territory, verticality, horizontality.

RESUMEN

Formación y dinámica de las fronteras en el territorio mozambiqueño

En Mozambique, la sucesión y la coexistencia de diferentes concepciones del territorio desde los Estados pre-coloniales, a través de la colonización portuguesa y llegando hasta el Estado nacional independiente, fueron los responsables de la introducción de elementos que caracterizan a las fronteras de Mozambique actuales. En ellos, mientras que la contigüidad territorial permite que la gente se refiera a la frontera como si no hubiera división, la presencia de la modernidad traída por los colonizadores impone su marca a través del diseño de los sistemas técnicos de transporte. Irónicamente, la sucesión de guerras en Mozambique también fue crucial para la caracterización de sus fronteras.

PALABRAS CLAVE: Mozambique, frontera, territorio, verticalidad, horizontalidad.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>